COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR REQUERIMENTO Nº, DE 2011 (Do Sr. Cláudio Puty)

Requer a realização de Seminário no Estado do Pará, com representantes de organizações governamentais e não governamentais, para debater a atuação, o desempenho e o funcionamento da Centrais Elétricas do Pará – CELPA.

Prezado Senhor:

Nos termos regimentais, requeiro que seja submetida aos membros desta Comissão de Defesa do Consumidor requerimento para realização de Seminário no Estado do Pará com o propósito de promover a análise e debater a atuação, o desempenho e o funcionamento da Centrais Elétricas do Pará – CELPA.

Este evento deverá ser realizado no município sede da capital estadual, preferencialmente em parceria com o respectivo Governo Estadual e ou com a Assembléia Legislativa, e sem ônus para esta Comissão de Defesa do Consumidor.

A composição dos conferencistas deverá, preferencialmente, observar a participação de expositores que expressem posições das organizações governamentais e não governamentais, em especial: instituições vinculadas ao tema relativo à energia elétrica e direito do consumidor.

A realização deste Seminário dependerá de manifestação de interesse de parlamentar membro desta Comissão, o qual assumirá a condição de Coordenador do respectivo evento.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento está respaldado no Ato da Mesa n.º 38, de 1979, alterado pelo Ato da Mesa n.º 125, de 2002, Anexo I, que ao ampliar a autonomia das Comissões, garantiu-lhes a possibilidade de "discutir assuntos de suas áreas temáticas em seminários e eventos similares, fora das dependências do edifício da Câmara".

Esta iniciativa tem por motivação a necessidade desta Comissão de Defesa do Consumidor dispor de elementos objetivos capazes de evidenciar, de modo pormenorizado, as especificidades referentes aos problemas enfrentados pela Centrais Elétrica do Pará — CELPA no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados ao público usuário daqueles serviços e as medidas adotadas pela ANEEL em casos nos quais são constatados desempenho abaixo do padrão mínimo fixado pelo órgão regulador.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2011.

Deputado Cláudio Puty

(PT-PA)